



# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**



## BdP exige mais capital mas alivia fundos de pensões

A primeira resposta de âmbito prudencial que o Banco de Portugal (BdP) deu à crise financeira foi aumentar as exigências mínimas em termos de cumprimento dos rácios de solvabilidade. Uma imposição que vai implicar um reforço de fundos próprios de várias instituições financeiras.

No entanto, esta necessidade será reduzida no curto prazo pelo facto de a entidade de supervisão ter flexibilizado as regras de contabilização das perdas registadas nos fundos de pensões dos bancos nacionais no ano passado. Ainda assim, no caso de alguns bancos, o mercado não exclui que venha a ser necessário reali-

# Bancos nacionais já utilizaram 20% da garantia estatal

Maria João Gago [mjgago@mediafin.pt](mailto:mjgago@mediafin.pt)

A criação de uma garantia estatal de 20 mil milhões de euros para facilitar o acesso dos bancos ao mercado de emissão de dívida foi a principal medida adoptada pelo Governo português com o objectivo de ajudar as instituições a lidarem com as consequências da crise financeira internacional. E foi o único mecanismo que a banca nacional utilizou até agora, realizando emissões no montante total de 4,25 mil milhões de euros, correspondentes a pouco mais de 20% do montante total disponibilizado.

Além deste aval, o Governo criou ainda uma linha de quatro mil milhões de euros – montante incluin-

do dentro dos 20 mil milhões – a que as instituições podem recorrer para reforçar os seus fundos próprios. Este mecanismo pode ser accionado no âmbito do cumprimento das novas exigências em termos de rácios de adequação dos fundos próprios e pressupõe que o Estado participe em eventuais aumentos de capital em que também intervenham accionistas privados.

À semelhança do que aconteceu com a garantia de 20 mil milhões, a utilização dos apoios estatais para recapitalização da banca está sujeita a certas condições e pressupõe determinadas contrapartidas. Uma instituição financeira só pode recorrer ao aval público e à linha de quatro mil milhões em função da quota de

crédito interno à economia. Isto porque ambos os mecanismos se destinam a permitir que a banca tenha condições de renovar as linhas de financiamento que lhe permitam financiar as empresas e as famílias.

### Depósitos garantidos até 100 mil euros

Para garantir que a falta de confiança no sistema financeiro não afectava a relação dos clientes com os bancos, o Governo decidiu ainda aumentar de 25 mil para 100 mil euros o valor dos depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Além disso, foram ainda encurtados os prazos de reembolso daquelas aplicações, no caso de este mecanismo ser accionado.

**€20**  
Mil milhões

A garantia estatal foi o único mecanismo que a banca utilizou até agora.



Relativamente às perdas apuradas nos fundos de pensões dos bancos em 2008, as novas regras do BdP compensam, em parte, as novas exigências de "tier one".

zar novos aumentos de capital. Independentemente da ajuda que possa resultar das novas regras sobre fundos de pensões, a generalidade das instituições financeiras vai ter que apresentar um rácio de adequação dos fundos próprios de base mínimo ("tier one") de 8%, a partir de Setembro. Esta nova exigência surgiu no contexto de um movimento internacional de aumento das obrigações de solvabilidade da banca, com o objectivo de contribuir para o regresso da confiança no sistema financeiro.

Esta nova imposição foi considerada pró-cíclica por vários banqueiros, na medida em que impõe o reforço dos fundos próprios numa altura em que os capitais estão a ser penalizados pela desvalorização dos mercados financeiros.

No entanto, relativamente às perdas apuradas nos fundos de pensões dos bancos em 2008, as novas regras do BdP compensam, em parte, as novas exigências de "tier one". Isto porque aqueles prejuízos só serão reconhecidos nos rácios de capital a partir das contas do final de 2009, permitindo-se o diferimento dessa contabilização até ao final de 2012. **MJG**



**€1.250**  
Milhões

**Caixa Geral de Depósitos**

A CGD foi o primeiro banco a usar a garantia estatal para se financiar no mercado, abrindo caminho para as restantes instituições financeiras. Como é um banco público, está em melhor posição para conseguir melhores condições na emissão de dívida. Em Dezembro, a Caixa avançou com uma emissão de dois mil milhões de euros que, devido ao calendário da operação, permitiu levantar apenas 1,25 mil milhões, a três anos. Além disso, parte das obrigações foi colocada junto de bancos portugueses. Apesar de não ter tido muito sucesso no montante de dívida que conseguiu colocar, a CGD foi a instituição portuguesa que conseguiu melhor "spread" face à taxa de juro de referência (diferencial de 85 pontos base). Ainda assim, o prémio corresponde ao triplo dos valores habituais antes da crise financeira. A Caixa tem ainda de pagar a comissão de garantia ao Estado (0,865%), o que também levará a uma subida do custo do crédito para empresas e famílias.



**€1.500**  
Milhões

**Millennium BCP**

O BCP realizou já este mês a emissão de 1,5 mil milhões de euros, a três anos, para a qual tinha obtido autorização do Governo em Dezembro último. As obrigações foram colocadas com um "spread" de 100 pontos base sobre a taxa de referência. Além disso, o banco terá que pagar ao Estado uma comissão de 0,948% ao ano, num total de 42,66 milhões de euros. Se necessário, o BCP ainda pode pedir para voltar a usar a garantia. A sua quota de crédito interno à economia permite-lhe totalizar quase cinco mil milhões.



**€1.500**  
Milhões

**BANCO ESPIRITO SANTO**

Logo na primeira semana útil de Janeiro, o BES avançou com a sua emissão de obrigações a três anos, no valor de 1,5 mil milhões. A operação foi colocada com um "spread" de 100 pontos. O banco terá de pagar uma comissão de garantia de 0,948%, ou seja, de 42,66 milhões para o prazo total do empréstimo. Caso se revele necessário, o BES pode ainda realizar nova emissão garantida de idêntico valor até ao final deste ano, já que a sua quota total no crédito à economia lhe permite chegar aos três mil milhões.



**€50**  
Milhões

**BANIF**

O Banif foi a última instituição a pedir para usar a garantia do Estado. O aval destina-se a um empréstimo de 50 milhões de euros, com um prazo de um ano, e cujo "spread" oscilará entre 0,65 e 0,75 pontos base. A instituição liderada por Horácio Roque vai ter que pagar 432,5 mil euros ao Tesouro, correspondentes à comissão de garantia (0,5%). O empréstimo destina-se a "financiar o negócio do Grupo Banif, nomeadamente os empréstimos concedidos aos seus clientes através da sua rede de agências".





CARLOS SANTOS DISSE AOS DEPUTADOS QUE A SITUAÇÃO ACTUAL DO BANCO É DA RESPONSABILIDADE DE OLIVEIRA E COSTA

## Ex-responsável pela supervisão defende Banco de Portugal no caso BPN

O antigo director do Departamento de Supervisão do Banco de Portugal (BdP) Carlos Santos defendeu ontem perante a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN a forma como esta entidade lidou com as alegadas irregularidades praticadas naquele banco.

“Uma actividade de supervisão que tivesse um carácter policial seria quase impossível porque em Portu-

gal funcionam 300 e tal instituições e teríamos de ter inspectores a trabalhar lado a lado com cada um dos administradores”, disse Carlos Santos aos deputados.

O ex-responsável disse ainda que “o Banco de Portugal tem vindo a desenvolver uma actividade o mais completa possível”, tendo atribuído a responsabilidade pela situação no BPN à anterior administração da

instituição, presidida por Oliveira e Costa.

“Diria que, de acordo com os processos que estão a decorrer – e sobre os quais não me posso pronunciar – existiu a intenção de, de forma objectiva, esconder estes factos às autoridades, por parte da administração”, afirmou, acrescentando que mesmo os auditores externos dificilmente se aperceberiam de determi-

nados factos.

Entretanto, João Semedo, do Bloco de Esquerda, entregou ontem um requerimento à presidente da comissão com uma lista de personalidades que quer ouvir no âmbito das investigações. Entre os nomes entregues a Maria de Belém Roseira encontram-se Manuela Ferreira Leite, Guilherme d’Oliveira Martins e Fernando Teixeira dos Santos. ■



Paulo Alexandre Cocho

## “Há dúvidas sobre a idoneidade de Oliveira Costa”

**Carlos Santos, ex-responsável do BdP, falou ontem no parlamento.**

O antigo director da supervisão bancária do Banco de Portugal, Carlos Santos, escusou-se ontem a qualificar de colaborante a administração de Miguel Cadilhe, mas “em termos pessoais e face ao conhecimento que existe dos processos desenvolvidos ao longo de vários anos”, adiantou que “há dúvidas sobre a idoneidade de Oliveira Costa”.

Carlos Santos rejeitou as críticas ao órgão regulador de supervisão, apelidando-as de “injustas”, em resposta aos deputados no Parlamento, onde ontem à tarde foi prestar esclarecimentos no âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN. Carlos Santos acusou a equipa liderada por José de Oliveira Costa de “esconder de forma objectiva informação às autoridades”. Sobre a presidência de Miguel Cadilhe e as alegadas denúncias de irregularidades no banco, o ex-director do departamento de supervisão bancária limitou-se a referir: “Cumpru com as suas responsabilidades de idoneidade durante o tempo em que exerceu funções”.

Na audição, onde mais uma vez o Banco de Portugal foi apelidado de “espec-

tador passivo”, Carlos Santos revelou que as sucessivas inspecções ao BPN forçaram a instituição bancária a “corrigir” erros detectados e ditaram inclusive aumentos de capital e reforço de fundos próprio da SLN e do BPN.

Carlos Santos, nomeado recentemente administrador do Banco Privado Português, revelou que só em

*Cadilhe “cumpru com as suas responsabilidades de idoneidade durante o tempo em que exerceu funções”.*

2007 a situação no BPN se tornou “preocupante” e que perante a ausência de esclarecimentos do banco sobre os beneficiários de sociedades ‘off-shores’, o supervisor instaurou um processo de contra-ordenação, no início de 2008.

Carlos Santos garantiu que, até Julho de 2008, a entidade de supervisão não sentiu necessidade de ordenar uma auditoria externa. ■ **S.A.S.**

### SUPERVISÃO EM ‘XEQUE’ NOVAMENTE

O antigo director da supervisão bancária do Banco de Portugal, Carlos Santos, não escapou ontem às fortes críticas dos deputados na comissão de inquérito ao caso BPN. Numa audição marcada por respostas rápidas e sucintas a muitas das questões levantadas pelos deputados, Carlos Santos rejeitou críticas à actuação do Banco de Portugal, apelidado de “espectador passivo”. O ex-responsável pela supervisão remeteu responsabilidade para a administração de Oliveira Costa, por omitir informação.

## PERFIL DE OLIVEIRA E COSTA



MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

**Carlos Santos foi ontem ouvido****Ex-supervisor  
duvida da  
“idoneidade”**

■ Carlos Santos, ex-director do departamento de supervisão do Banco de Portugal (BdP), admitiu na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN, que, “face ao conhecimento que existe” da acção do ex-presidente do banco, considera que “há dúvidas relativas à idoneidade” de Oliveira e Costa.

Apesar disso, afirmou também que se, no final de 2007, o tivessem questionado sobre se a administração liderada por Oliveira e Costa tinha cumprido as obrigações relativas ao BdP, “teria respondido que sim”. “Até essa altura, o dr. Oliveira e Costa estava a cumprir.” ■ D.R.

**BANCA**

## Constâncio acusa Miguel Cadilhe de "distorcer factos" no caso BPN

■ Miguel Cadilhe tinha criticado, quinta-feira da semana passada, no Parlamento, a supervisão bancária e a resposta chegou ontem do Banco de Portugal. À margem da conferência do Economist, Vítor Constâncio classificou as declarações do ex-presidente do BPN de "lamentáveis". Para o governador, Miguel Cadilhe "pôs a defesa do interesse à frente da objectividade, com uma visão egocêntrica do seu papel no processo", para além de "distorcer factos e fazer acusações sem elementos de facto".



# Crise impôs intervenção no BPN mas não originou os problemas

O Estado nacionalizou o BPN e concedeu um aval financeiro a seis bancos para salvarem o BPP. No primeiro, há indícios de crime e só no segundo se aponta culpas à crise financeira. Mas, apesar destas diferenças, a razão invocada foi a mesma. A defesa dos depositantes

Maria João Gago [mjgago@mediafin.pt](mailto:mjgago@mediafin.pt)



Vítor Constâncio e Teixeira dos Santos | Nacionalização do BPN foi decidida depois de conhecidas as perdas provocadas por operações não registadas no balanço.

A crise financeira internacional, que encerrou os mercados de financiamento da banca e resultou numa desvalorização acentuada dos seus activos financeiros, foi a gota de água que ditou a intervenção do Estado no Banco Português de Negócios (BPN). No entanto, a origem dos problemas que levaram a instituição a necessitar de ajuda remonta a momentos anteriores à instabilidade financeira.

Foi a actuação alegadamente irregular levada a cabo, ao longo de vários anos, pela administração liderada por José de Oliveira Costa, designadamente através da realização de operações que não foram registadas no balanço da instituição, que estiverem na génese das perdas, tornando indispensável a intervenção do Estado. E foi perante esta necessidade que o Governo optou pela nacionalização do banco, rejeitando uma proposta de entrada no capital da instituição feita pelo líder do BPN na altura (Miguel Cadilhe).

A crise financeira dificultou, até ao ponto da situação se tornar insustentável, o acesso do BPN aos recursos privados que lhe permitissem fazer face às necessidades de liquidez decorrentes dos crescentes pedidos de resgate de aplicações feitas por clien-

tes, cuja desconfiança aumentava à medida que iam sendo conhecidas irregularidades cometidas. E, sobretudo, os accionistas manifestaram incapacidade para assumirem sozinhos as necessidades de capital adicional com que a instituição se confrontava para fazer face aos prejuízos detectados e contabilizados, mas cuja origem remonta, nalguns casos, a 2002.

A intervenção estatal na instituição visou "evitar a cessação de pagamentos por parte do BPN, decorrente das evidentes dificuldades de obtenção de liquidez por parte deste banco, em virtude de se encontrar numa situação de insolvência. Esta decisão visou, acima de tudo, assegurar a defesa dos depósitos existentes nesta instituição (cerca de 230 mil depositantes)", justifica o Governo no Programa de Estabilidade e Crescimento, divulgado segunda-feira.

## Dúvidas sobre a origem dos problemas do BPP

Quanto à segunda intervenção estatal na banca, através da concessão de um aval público específico para que o Banco Privado Português (BPP) conseguisse obter um empréstimo junto de seis bancos nacionais, a crise financeira terá sido o principal mo-

## NACIONALIZAÇÃO DO BPN

• **Tesouro assume titularidade do BPN e suas participadas** Perante a iminência de cessação de pagamentos, o Governo decidiu nacionalizar a totalidade do capital do BPN e suas participadas. A titularidade das acções foi entregue à Direcção-Geral do Tesouro.

• **Gestão e assistências de liquidez entregues à CGD** O Governo entregou à CGD a gestão do BPN. A nova equipa de administração do banco é liderada pelo vice-presidente da Caixa. O banco público ficou responsável por financiar as necessidades de liquidez do BPN, que terão já absorvido 1,3 mil milhões de euros.

• **Plano de reestruturação** A nova gestão ficou encarregue de propor um plano de reestruturação com vários cenários para o futuro do BPN. O Governo deve aprovar em breve o destino do banco, que deixará de ter existência autónoma.

• **Avaliação para efeitos de indemnização** O Governo contratou a Deloitte e o Deutsche Bank para avaliarem o banco, com o objectivo de fixar a indemnização a pagar aos antigos accionistas.

## INTERVENÇÃO NO BANCO PRIVADO

• **Estado avalia empréstimo com base em penhor de activos** O Estado deu um aval para que o BPP conseguisse obter um empréstimo de 450 milhões de euros junto de seis bancos nacionais. Esta garantia foi concedida com base num penhor de activos do próprio banco, cujo valor é superior ao montante do crédito.

• **Empréstimo de 450 milhões** Só com aval do Estado é que BPP conseguiu financiar-se junto da CGD, BCP, BES, Santander Totta, BPI e Crédito Agrícola. O crédito só pode ser usado para fazer face a responsabilidades registadas no balanço da instituição. O prazo é de seis meses, renovável até máximo de dois anos.

• **Nomeação de gestores pelo BdP** O Banco de Portugal nomeou quatro administradores provisórios para o BPP, cuja missão foi avaliar a situação do banco e propor um plano de saneamento que aguarda aprovação do supervisor.

• **Suspensão do cumprimento de obrigações** O BPP está autorizado por um período de três meses a não cumprir as suas obrigações até 1 de Março.

tivo para as dificuldades com que a instituição se confrontou. Mas no sector financeiro há quem admita que o BPP pode ter tido uma exposição ao risco para além do que recomendam as boas práticas de gestão bancária, avaliação que ainda está por fazer.

Independentemente da génese das dificuldades da instituição, a verdade é que o anterior presidente do Privado, João Rendeiro, se viu obrigado a pedir a intervenção do Banco de Portugal (BdP), perante a incapacidade da instituição fazer face aos pedidos de reembolsos de depósitos e outras aplicações de capital garantido.

O Governo justificou o apoio indirecto ao BPP, concedido no âmbito de um plano de saneamento promovido pelo BdP na sequência da solicitação de Rendeiro, com o facto de a instituição ter "depósitos de particulares e de outras instituições de crédito de pequena dimensão que, a serem perdidos, afectariam muitos milhares de pequenos depositantes destas instituições. Nas actuais condições de elevada incerteza que rodeiam a actividade financeira, tal facto afectaria certamente a confiança da generalidade dos depositantes nos seus bancos e poria assim em risco a estabilidade do sistema financeiro".

# BANCA

## Antigo homem-forte da supervisão contraria ex-presidentes do BPN



Pedro Elias

**Carlos Santos foi ontem ouvido pelos deputados** | Oposição ficou pouco satisfeita com contradições entre ex-director do Banco de Portugal e Miguel Cadilhe.

**Ex-director do Banco de Portugal diz que impôs auditoria antes de Miguel Cadilhe e que os pedidos sem resposta referidos por Abdool Vakil remontavam a Janeiro de 2008**

**Maria João Gago** mjgago@mediafin.pt

O antigo director de supervisão do Banco de Portugal (BdP) contrariou na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) declarações feitas naquele mesmo fórum por dois antigos presidentes da instituição, Miguel Cadilhe e Abdool Vakil. Carlos Santos, actual administrador provisório do Banco Privado Português, garantiu que o BdP impôs a realização de uma auditoria extraordinária ao BPN antes de Cadilhe. Quanto aos 157 pedidos de informação do supervisor que Vakil disse ter encontrado no banco por responder quando assumiu a liderança interina em Fevereiro de 2008, o ex-homem-forte da supervisão garantiu tratar-se de pedidos feitos apenas no mês anterior. Isto apesar de o antigo líder interino do BPN ter dito que os pedidos remontavam, maioritariamente, a 2007, havendo elementos referentes a 2004.

Os deputados da oposição, sobretudo Nuno Melo, do CDS-PP, e Honório Novo, do PCR, não pareceram satisfeitos com as contradições de Carlos Santos e Cadilhe relativamen-

te a quem determinou a auditoria que o BPN acabou por pedir à Deloitte. O ex-responsável do BdP diz que essa avaliação foi determinada pelo supervisor no início de Junho. "Em 3 ou 4 de Junho, na sequência da informação prestada pelo Dr. Abdool Vakil, sobre as 'off-shores' e o [até aí desconhecido como parte do grupo] Banco Insular, o BdP determinou que o banco fizesse a consolidação dessas operações e que essa consolidação fosse alvo de uma auditoria extraordinária. O BdP veio a reafirmar posteriormente a necessidade dessa auditoria, já quando Miguel Cadilhe era presidente", afirmou.

No entanto, não é essa a leitura que a oposição faz da carta que a autoridade liderada por Vítor Constâncio – que ontem acusou Cadilhe de



**Quanto aos 157 pedidos de informação do BdP ao BPN e que estavam sem resposta quando Vakil assumiu a liderança, Carlos Santos recusou a ideia de que eram pedidos antigos.**

"distorcer os factos" – enviou no início de Junho à gestão do BPN. Nuno Melo e Honório Novo insistiram que a missiva apenas falava na necessidade de aquela consolidação ser objecto "de certificação de contas por auditor externo", o que, na sua perspectiva, significava recorrer ao auditor em funções. Apesar da insistência, Carlos Santos não acrescentou mais informação sobre este ponto.

Quanto aos 157 elementos sobre os quais o BdP pediu informações ao BPN e que estavam sem resposta quando Vakil assumiu a liderança, o antigo director de supervisão recusou a ideia de que eram pedidos antigos. Na sua versão, as solicitações tinham sido feitas em Janeiro, no âmbito dos trabalhos preparatórios de uma inspecção que o BdP decidiu fazer ao BPN nessa altura. "Não sei a que é que o Dr. Abdool Vakil se referia. Havia um conjunto de perguntas que foram colocadas no final de Janeiro", sublinhou, adiantando que é possível que houvesse uma questão relacionada com factos de 2004. "Não sei se a questão foi colocada nessa altura ou em Janeiro de 2008, o que pode ter acontecido por terem vindo à luz novas informações", admitiu.

”

Há dúvidas sobre a idoneidade do Dr. Oliveira Costa.

O Banco de Portugal tem vindo a desenvolver uma actividade que é a mais completa possível, o que não implica que não haja situações de fraude.

**Carlos Santos**

Ex-director de supervisão do BdP

### Idoneidade de Oliveira Costa gera dúvidas

“Há dúvidas sobre a idoneidade de Oliveira Costa”. Foi assim que Carlos Santos avaliou o ex-presidente do BPN perante a comissão parlamentar de inquérito. “É preciso ter em conta que Oliveira Costa se demitiu”, sublinhou.

O antigo número dois da supervisão do Banco de Portugal transmitiu esta opinião em termos pessoais e face ao conhecimento existente sobre os processos desenvolvidos ao longo dos anos. E acrescentou que a equipa liderada por Oliveira Costa “escondeu de forma objectiva” informação às autoridades. Esta análise, contudo, não põe em xeque o presidente do BdP, Vítor Constâncio, e o desempenho desta entidade de supervisão. Isto porque Carlos Santos afirmou aos deputados que se lhe tivessem perguntado, no final de 2007, se a administração de Oliveira Costa tinha cumprido a sua obrigação para com o BdP, a sua resposta seria afirmativa. “Sim, com o conhecimento que tinha na altura, diria que sim”.



CASO BPN

# Constâncio acusa Cadilhe de distorção

➔ “Lamentáveis”. Foi desta forma que, ontem, o governador do Banco de Portugal classificou as declarações de Miguel Cadilhe na Comissão de inquérito sobre o BPN. Vítor Constâncio acusou o ex-presidente do Banco Português de Negócios de “distorcer factos” e de ter feito “acusações sem elementos de prova” e prometeu que esta atitude não ficará sem resposta.

Falando à margem da conferência da “Economist” (que decorreu à porta fechada), Vítor Constâncio considerou que as declarações de Cadilhe na referida comissão parlamentar além de lamentáveis, foram “desprestigiantes para o Dr. Miguel Cadilhe”. É que, precisou o governador, o antigo presidente do BPN “pôs a defesa do interesse à frente da objectividade com uma visão egocêntrica do seu papel no processo”.

Miguel Cadilhe foi ouvido na Comissão de inquérito à nacionalização do BPN na semana passada tendo referido, na ocasião, que se o Banco de Portugal tivesse exercido o seu papel como deveria, os actuais problemas do BPN não teriam acontecido. Refutando os argumentos então apresentados, Vítor Constâncio prometeu que estes terão “resposta ponto por ponto”, quando ele próprio e o vice-governador do BdP forem à Comissão prestar declarações.

“Não permitiremos que alguém como o Dr. Miguel Cadilhe ponha em causa o profissionalismo e honorabilidade dos técnicos do Banco de Portugal”, afirmou o responsável do BdP.

## BE quer audição da líder do PSD

O Bloco de Esquerda pediu ontem a audição, na Comissão de Inqué-



Vítor Constâncio

rito à situação que levou à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), dos ex-ministros das Finanças Manuela Ferreira Leite (PSD) e Guilherme d'Oliveira Martins (PS).

Ferreira Leite foi ministra das Finanças entre 2002 e 2004, sendo actualmente presidente do PSD, e Guilherme d'Oliveira Martins ocupou a pasta no governo PS de António Guterres, de 2001 a 2002.

Além destes dois ex-governantes, o Bloco quer também que o actual ministro, Teixeira dos Santos, vá prestar declarações à comissão.

O deputado João Semedo, no requerimento, justifica o pedido com afirmações do ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) Miguel Cadilhe à comissão de inquérito.

LUCÍLIA TIAGO



## BPN só suscitou dúvidas ao Banco de Portugal em 2008

Ana Brito

● O antigo director do departamento de supervisão bancária do Banco de Portugal (BdP), Carlos Santos, admitiu ontem na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN que hoje “há dúvidas quanto à idoneidade de Oliveira e Costa”, ex-presidente do banco, preso preventivamente por branqueamento de capitais e burla agravada, entre outras acusações.

Mas as dúvidas sobre o carácter do ex-banqueiro só se colocaram a partir do início de 2008 porque, até essa data, o entendimento do BdP é de que Oliveira e Costa “cumpriu” as suas obrigações com o supervisor, disse Carlos Santos aos deputados. Antes disso, só “havia um conjunto de indícios” que “não podem ser usados para condenar uma pessoa”, explicou.

O antigo director de regulação do BdP, que hoje é administrador do BPP, referiu ainda que as notícias que até 2007 foram publicadas na comunicação social sobre o banco foram sempre analisadas “à luz dos critérios de avaliação dos riscos da instituição” e que as conclusões dessas análises nunca motivaram situações de alarme.

Situações como a excessiva exposição ao risco de alguns clientes ou insuficiência de provisões foram sendo detectadas e corrigidas sempre de forma satisfatória, assegurou o responsável.

E acrescentou que a “preocupação efectiva” com o Banco Insular, que se desconhecia pertencer ao universo SLN/BPN e serviu para ocultar perdas superiores a 400 milhões de euros, só começou em 2007.

Na sua audição na semana passada



**BPN sob análise no Parlamento**

nesta mesma comissão, o antigo presidente do BPN, Abdool Vakil, revelou que, quando assumiu, em Fevereiro, a liderança do banco, foi surpreendido pela existência de 157 perguntas feitas pelo BdP (algumas com data de 2004) ao BPN e que a antiga administração deixou sem resposta. E referiu-se ainda a um “ambiente de crispação” e às “relações deterioradas” entre supervisor e supervisionado.

Referindo desconhecer os 157 itens apontados por Vakil, Carlos Santos referiu que o BdP enviou perguntas ao BPN no início de Janeiro de 2008 com o intuito de preparar uma inspecção ao banco. Mas foi só em Junho que o supervisor decidiu realizar uma auditoria externa ao banco para proceder à consolidação do Insular e do balcão virtual nas contas do BPN e, por outro lado, para avaliar as imparidades resultantes dessa consolidação, precisou.



**Parlamento.** Carlos Santos foi ouvido ontem em sede de comissão

# Ex-supervisor do BP duvida de Oliveira Costa

Nuno Melo revelou ofícios que provam que afinal foi Cadilhe a pedir auditoria

EVA CABRAL

O antigo director do Departamento de Supervisão do Banco de Portugal Carlos Santos admitiu ontem, no Parlamento, que “em termos pessoais, e face ao conhecimento que existe dos processos desenvolvidos ao longo de vários anos”, tem dúvidas “sobre a idoneidade de Oliveira Costa”. Carlos Santos acusou mesmo a equipa liderada por José Oliveira Costa de “esconder de forma objectiva” informação às autoridades.

O antigo director do Departamento de Supervisão do BP até ao passado mês de Dezembro – altura em que foi nomeado administrador do BPP – defendeu a supervisão do banco central e a forma como este lidou com as alegadas irregularidades praticadas no BPN.

Dessa forma, o ex-quadro do BP atribuiu a responsabilidade pela situação no BPN à anterior administração de Oliveira e Costa, e acrescentou mesmo que os auditores ex-



Carlos Santos entrou em contradição com Miguel Cadilhe

ternos dificilmente se aperceberiam de determinados factos. Segundo Carlos Santos “é difícil saber o que poderiam fazer os auditores perante uma situação em que existe um balcão virtual do Banco Insular”.

Na audição de ontem Carlos Santos entra em contradição com o depoimento de Miguel Cadilhe sobre a data e a primazia da determinação de se encomendar uma auditoria externa ao BPN. Na verdade, quan-

to Miguel Cadilhe refere que só depois de o BPN ter encomendado a auditoria à *Deloitte* é que o BP ordenou igual medida, enquanto Carlos Santos considera que o banco central a determinou antes da administração do BPN citando as datas de 3 ou 4 de Junho. Tese que o deputado Nuno Melo (CDS) deitou por terra, ao citar ofícios do BP que provam que este “só pede a auditoria depois desta estar decidida pelo BPN”. ■

## Caso BPN

# BE quer ouvir ex-ministros

• O Bloco de Esquerda (BE) pediu ontem a audição, na Comissão de Inquirição à nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), dos ex-ministros das Finanças Manuela Ferreira Leite (PSD) e Guilherme d'Oliveira Martins (PS).

Ferreira Leite foi ministra das Finanças entre 2002 e 2004 e Guilherme d'Oliveira Martins ocupou a pasta no Gover-

no PS de António Guterres, de 2001 a 2002. O Bloco quer também ouvir o actual titular da pasta, Teixeira dos Santos.

**Justificação.** O deputado do BE, João Semedo, justifica o pedido com afirmações a esta comissão do ex-presidente do BPN, Miguel Cadilhe.

E as declarações continuam polémicas. Ontem, o governador do Banco de Portugal

## Supervisão

Departamento de supervisão defende forma de actuar

# 300

é o número de instituições sobre as quais o BdP tem tutela e que age com a amplitude possível

(BdP), Vitor Constâncio, acusou Cadilhe de pôr "a defesa do interesse à frente da objectividade com uma visão egocêntrica do seu papel no processo (BPN)".

## Constâncio diz que Cadilhe teve "visão egocêntrica"

Já o antigo director do Departamento de Supervisão do BdP, Carlos Santos, defendeu na comissão a forma como a entidade lidou com as alegadas irregularidades no BPN.

**Caso BPN****Constâncio acusa  
Cadilhe  
de egocentrismo**

O Governador do Banco de Portugal classifica de "lamentáveis" e "desprestigiantes", as declarações de Miguel Cadilhe, no Parlamento, sobre o caso BPN.

Vítor Constâncio diz que as afirmações de Cadilhe revelam ignorância sobre a forma como o banco central português actuou neste caso.

"Penso que pôs a defesa de interesses à frente da objectividade, com uma visão egocêntrica do seu papel no processo", disse, ainda, Constâncio, em declarações à margem da conferência da revista britânica "The Economist".